

Relatório da Administração

Aos Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da **Argo Seguros Brasil S.A.** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, aprovadas com base na regulamentação vigente.

A Seguradora
A Argo Seguros Brasil S.A., empresa do grupo Argo Group International Holdings Ltd., iniciou suas atividades no Brasil em dezembro de 2011, após autorização da SUSEP para operar com seguros de danos em todo o território nacional. A Argo é uma seguradora especializada, cuja atuação tem principal foco estratégico nos segmentos de pequenas e médias empresas, e em grupos de afinidade, oferecendo uma ampla gama de produtos e serviços nas linhas de Responsabilidade Civil e Profissional, Garantias, Transportes, Riscos Patrimoniais e de Engenharia. A seguradora vem investindo fortemente no crescimento da distribuição online de seus produtos através da sua plataforma digital Protector, que já conta com aproximadamente 2.400 corretores ativos. O Argo Group International Holdings, Ltd. é um grupo internacional com atuação no mercado de Seguros Gerais, especializado em subscrição de Seguros e Resseguros, com origem nos Estados Unidos e presente nos principais mercados de seguros do mundo.

Desempenho operacional
No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Seguradora atingiu uma

receita de Prêmios Emitidos de R\$ 181,9 milhões, aumento de 4,6% em comparação aos R\$ 173,9 milhões emitidos em 2016. O crescimento líquido dos prêmios do Seguro DPVAT foi de 14,3%, passando de R\$ 138,8 milhões em 2016 para R\$ 158,7 milhões em 2017. Os Prêmios Ganhos, brutos de resseguro, atingiram R\$ 160,6 milhões, redução de 6,1% em relação ao ano anterior, em função da redução de 37% dos prêmios do Seguro DPVAT. Excluindo-se o DPVAT, os Prêmios Ganhos cresceram 1%. A sinistralidade ficou em 47,0%, 1,1pp melhor que no ano anterior. Já o comissionamento teve um aumento de 3,4pp, atingindo 20,8%, em consequência do mix de carteira e da concorrência de outras seguradoras. Operações com cotização em R\$ 1,2 milhão, o qual, após as deduções de impostos e participações sobre o resultado, levou a um prejuízo de R\$ 1,9 milhão. A distribuição de seguros através da plataforma online Protector cresceu 29,1% em 2017, atingindo o volume de R\$ 50,3 milhões, o que representou 28,9% do total de prêmios emitidos. Esses resultados foi alcançado através de aproximadamente 2.400 corretores ativos, servindo mais de 50.000 segurados em todo o território nacional.

Perspectivas
Nossa estratégia de negócios está baseada na oferta de soluções de seguro desenvolvidas em função de um processo contínuo de identificação de necessidades de clientes e parceiros negociando de negócios e que atuamos são identificados com base em conceitos de segmentação e diferenciação. A nossa plataforma de operações,

dinâmica e flexível, visa atender às diversas demandas dos segmentos definidos como alvo de atuação, seguindo políticas e procedimentos consistentes de avaliação, aceitação e precificação de riscos, e de gerenciamento de riscos e de sinistros, condições essenciais para atuar com sucesso em um mercado competitivo como o de seguros no Brasil. O posicionamento de mercado alcançado neste sexto ano de operação, aliado ao fortalecimento contínuo da nossa estrutura operacional, e o potencial de crescimento do mercado de seguros brasileiro nos diversos nichos em que atuamos, permitem que estejamos otimistas quanto às perspectivas de desenvolvimento da Seguradora de acordo com o nosso planejamento estratégico.

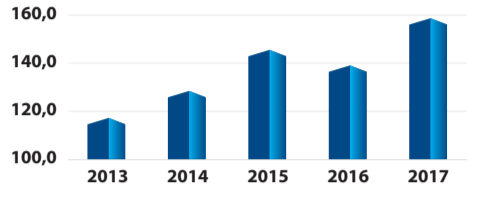
Declaração de Capacidade Financeira
Em atenção à Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, declaramos que a avaliação e o registro contábil de títulos e valores mobiliários são realizados com base na análise e no gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguros. A Seguradora em 31 de dezembro de 2017 não possuía títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Governança Corporativa
O estatuto social da Seguradora assegura, aos Acionistas, dividendos mínimos ajustados correspondentes a 25% do Lucro Líquido de cada exercício, observado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Do resultado do período são deduzidos, antes de qualquer

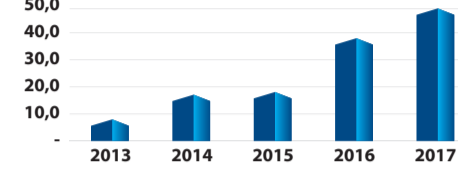
destinação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 8 de março de 2017 foi aprovada a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Prejuízos Acumulados. Em 15 de maio de 2017 a Susep aprovou, através da Portaria nº 6.898/2017, o aumento do capital social de R\$ 7,5 milhões, mediante a emissão de 7.549.699 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão por ação de R\$ 1,00, elevando-o para R\$ 126,9 milhões, dividido em 126.880.577 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, devido à incorporação da totalidade do patrimônio da Argo Brasil Participações Ltda. CNPJ. 12.753.467/0001-91, com sede na cidade de São Paulo - SP, nos termos do protocolo e justificação de incorporação celebrado em 21 de setembro de 2016.

Agradecimentos
A Argo Seguros Brasil S.A. agradece a seus Acionistas, Segurados, Corretores, Resseguradores e demais parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela confiança e apoio dedicados à empresa. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.
A Diretoria

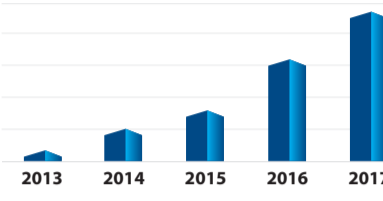
Prêmios Emitidos, exceto DPVAT (milhões de R\$)



Prêmios Emitidos na Plataforma Protector (milhões de R\$)



Corretores ativos



Balanco Patrimonial - 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)			
	Nota explicativa	2017	2016
Ativo Circulante		289.521	269.879
Disponível	5	7.052	2.527
Caixa e bancos		7.052	2.527
Aplicações	6	182.357	165.689
Creditos das operações com seguros e resseguros		56.948	54.373
Prêmio a receber	7.1	49.280	48.027
Operações com seguradoras	7.2	5.256	1.545
Operações com resseguradoras	7.3	2.412	4.801
Outros créditos operacionais		481	750
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	8 e 13	28.591	32.257
Títulos e créditos a receber	9	2.550	3.774
Créditos tributários e previdenciários		2.105	3.659
Depósitos judiciais e fiscais		41	115
Outros créditos		4	13
Outros valores e bens		69	13
Despesas antecipadas		69	13
Custos de aquisição diferidos	10	11.424	10.496
Seguros		11.424	10.496
Não circulante		45.317	34.058
Realizável a longo prazo		41.450	30.474
Aplicações	6	34.967	25.893
Creditos das operações com seguros e resseguros	7.1	4	-
Prêmios a receber		4	-
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	8 e 13	2.311	1.758
Títulos e créditos a receber	9	227	376
Créditos tributários e previdenciários		227	376
Custos de aquisição diferidos	10	3.941	2.447
Seguros		3.941	2.447
Imobilizado		978	806
Bens móveis		978	806
Intangível		2.889	2.778
Outros intangíveis		2.889	2.778
Total do ativo		334.838	303.937
Passivo Circulante		243.358	228.120
Contas a pagar	11	14.623	19.354
Obrigações a pagar		5.960	11.930
Impostos e encargos sociais a recolher		5.541	3.303
Encargos trabalhistas		1.825	1.723
Impostos e contribições		1.297	2.398
Débitos das operações com seguros e resseguros		21.039	22.681
Prêmios a restituir		887	728
Operações com seguradoras		2.045	1.938
Operações com resseguradoras	12	7.443	11.147
Corretores de seguros e resseguros		10.576	8.844
Outros débitos operacionais		88	14
Depósito de terceiros		61.102	3.188
Provisões técnicas - seguros	13	201.594	182.897
Danos		201.594	182.897
Não circulante		25.104	15.461
Contas a pagar		500	-
Tributos diferidos	11	500	-
Provisões técnicas - seguros	13	24.335	15.138
Danos		24.335	15.138
Outros débitos	14	269	323
Provisões judiciais		269	323
Patrimônio líquido		66.376	60.356
Capital social	15	126.881	119.331
Ajustes de avaliação patrimonial		146	(252)
Prejuízos acumulados	(60.651)	(58.723)	(60.651)
Total do passivo		334.838	303.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)			
	Nota explicativa	2017	2016
Prêmios emitidos	16.a, 16.c	181.851	173.900
Variações das provisões técnicas de prêmios	16.a, 16.d	(21.286)	(2.902)
Prêmios ganhos	16.a	160.565	170.998
Receita com emissão de apólices		2.056	2.078
Sinistros ocorridos	16.a, 16.e	(75.367)	(82.238)
Custos de aquisição	16.a, 16.f	(33.494)	(28.826)
Outras receitas e despesas operacionais	16.g	(3.688)	(5.448)
Resultado com resseguro	16.h	(12.575)	(24.508)
Receita com resseguro		990	5.239
Despesa com resseguro	(12.979)	(29.716)	-
Outros resultados com resseguro		(586)	(31)
Despesas administrativas	16.i	(42.324)	(36.433)
Despesas com tributos	16.j	(6.684)	(7.223)
Resultado financeiro	16.k	12.698	15.920
Resultado operacional		1.187	1.320
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		26	-
Resultado antes dos impostos e participações		1.213	3.320
Imposto de renda	17	(1.015)	(788)
Contribuição social	17	(222)	(711)
Participações sobre o resultado	19	(1.904)	(2.141)
Prejuízo do exercício		(1.928)	(320)
Quantidade de ações		126.880.577	119.330.878
Lucro (Prejuízo) por ação - em R\$		(0,02)	(0,00)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Fluxo de Caixa - Método Indireto Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)			
	2017	2016	
Prejuízo do exercício	(1.928)	(320)	
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações	1.091	791	
Redução ao valor recuperável dos ativos	1.031	1.920	
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	(26)	-	
Variação nas contas patrimoniais:	(172)	120	
Ativos financeiros	(25.742)	(28.816)	
Ajuste de valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	398	(165)	
Créditos das operações com seguros e resseguros	(3.610)	7.375	
Ativos de resseguro	3.113	16.829	
Créditos tributários e previdenciários	1.703	1.545	
Custos de aquisição diferidos	(2.422)	(242)	
Depósitos judiciais e fiscais	(14)	-	
Outros ativos	(152)	(66)	
Impostos e contribuições	46	3.577	
Outras contas a pagar	(5.868)	474	
Débitos de operações de seguros e resseguros	(1.642)	(13.202)	
Depósitos de terceiros	2.914	(398)	
Provisões técnicas - seguros e resseguros	27.894	15.456	
Provisões judiciais	(54)	160	
Outros passivos	(738)	(246)	
Caixa gerado (consumido) pelas operações	2.072	4.792	
Impostos sobre o lucro, pagos	(975)	(1.823)	
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(1.677)	2.969	
Atividades de investimento			
Recebimento pela venda:			
Imobilizado	128	-	
Pagamento pela compra:			
Intangível	(646)	(119)	
Intangível	(830)	(1.382)	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.348)	(1.501)	
Atividades de financiamento			
Aumento de capital - Incorporação Argo Brasil Participações Ltda.	7.550	-	
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	7.550	-	
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.625	1.468	
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	2.527	1.059	
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do exercício	7.052	2.527	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)					
Descrição	Capital social (em aprovação)	Aumento de capital títulos e valores mobiliários	Ajuste com valores mobiliários	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	103.843	15.488	(87)	(58.403)	60.841
Aprovação do aumento de capital - Portaria SUSEP nº 1.346, de 20/04/2016	15.488	(15.488)	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(165)	-	(165)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	119.331	-	(252)	(58.723)	60.356
Aprovação do aumento de capital - Portaria SUSEP nº 6.898 de 15/05/2017 - Incorporação Argo Brasil Participações Ltda.	7.550	-	-	-	7.550
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	398	-	398
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.928)	(1.928)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	126.881	-	146	(60.651)	66.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Argo Seguros Brasil S.A. (doravante "Seguradora") foi constituída em 02 de setembro de 2011, conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada na mesma data e foi autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 4.316, de 13 de dezembro de 2011, tendo iniciado suas operações de contratos de seguros a partir de 1º de janeiro de 2012. A Seguradora é uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório localizados na Avenida Nações Unidas, nº 12.399 - Conjuntos 140 e 141 - Brooklin Paulista, São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil. O controle acionário (gerência efetiva nos negócios) da Seguradora são exercidos pela Argo Financial Holding (Brazil) Limited, que detém 94,05% do capital social da Seguradora e Argo Re Ltd, que detém 5,95% do capital social da Seguradora, após a incorporação da Argo Brasil Participações Ltda. (vide nota 1.1). Em 2016, o controle acionário da Seguradora era exercido pela Argo Financial Holding (Brazil) Limited em 100% do capital social. A Seguradora tem por objeto social operar com seguros de danos em todo território nacional, sobretudo nos seguintes grupos de ramos: • Patrimoniais; • Responsabilidades; • Automóveis (convênios DPVAT); • Transportes; e • Riscos financeiros. A Seguradora está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros que estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. As demonstrações financeiras da Seguradora, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram aprovadas pela administração em 26 de fevereiro de 2018. **1.1 Incorporação da empresa Argo Brasil Participações Ltda.** A SUSEP através da Portaria nº 6.898 de 15 de maio de 2017 aprovou: • Incorporação da totalidade do patrimônio da Argo Brasil Participações Ltda. CNPJ 12.753.467/0001-91, com sede na cidade de São Paulo - SP, nos termos do protocolo e justificação de incorporação celebrado em 21 de setembro de 2016; • Aumento do capital social em R\$ 7.550, elevando-o para R\$ 126.881, dividido em 26.880.577 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O ativo líquido da empresa Argo Brasil Participações Ltda., no valor de R\$ 7.550 foi levantado na data-base 31 de julho de 2016 cujo laudo de avaliação patrimonial foi emitido e datado de 08/09/2016. Abaixo demonstramos o resumo dos valores incorporados à Seguradora:

	31/07/2016	01/08/2016	30/06/2017	30/06/2017
Ativo circulante	7.417	(211)	7.206	
Disponível	533	(111)	422	
Contas a receber	6.776	(115)	6.661	
Outros créditos	108	15	123	
Ativo permanente	320	(54)	266	
Imobilizado	320	(54)	266	
Total do ativo	7.737	(265)	7.472	
Passivo circulante	187	(187)	-	
Contas a pagar	187	(187)	-	
Patrimônio líquido	7.550	(78)	7.472	
Capital social	7.550	-	7.550	
Prejuízo do período	-	(78)	(78)	
Total do passivo	7.737	(265)	7.472	

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:
2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração do resultado abrangente e a demonstração dos fluxos de caixa da Seguradora, conforme legislação em vigor. Em 30 de julho de 2015, foi emitida a Circular SUSEP nº 517 que dispõe sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades de seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015. Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "Práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em ativo ou passivo circulante quando estes atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da Seguradora (12 meses); • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no CPC 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.
2.2. Comparabilidade: As demonstrações financeiras são apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores. As contas patrimoniais, de resultado e demais apresentações foram comparadas com as demonstrações financeiras de 2016 e 2015, com base em critérios comparativos em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. Exceto pelo método indireto, **2.3. Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado e provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP. **2.4. Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Seguradora de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.
2.5

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/15. **3.14. Operações de arrendamento mercantil:** Os contratos de arrendamento mercantil ("leasing") são classificados em dois grandes grupos: "leasing" operacional e "leasing" financeiro. O fator determinante para essa classificação, conforme CPC 06 - Operação de Arrendamento Mercantil é justamente a transferência dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem. **Arrendamentos operacionais:** A Seguradora aluga o imóvel onde está sediada, por meio de um contrato de arrendamento mercantil operacional. As contraprestações desses contratos são reconhecidas no resultado do período em que são devidas, em função de atenderem a característica de arrendamento operacional, devido não existir a transferência dos riscos e benefícios sobre os ativos. **Arrendamentos financeiros:** Durante o período de divulgação não existiam contratos de arrendamento mercantil financeiros vigentes na Seguradora. **3.15. Benefícios empregados:** Benefícios de curto prazo: Compreendem os ordenados, salários e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, participação nos lucros de acordo com o sindicato da categoria, gratificações e benefícios não monetários. Estes benefícios são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período na medida em que incorridos. **Benefícios por desligamento:** Adicionalmente, a Seguradora concede benefícios de seguro saúde para funcionários desligados por prazo determinado na convenção sindical, sendo: a) por mais 30 dias com até 5 anos de trabalho na mesma empresa; b) por mais 60 dias com mais de 5 e até 10 anos de trabalho na mesma empresa; c) por mais 90 dias com mais de 10 anos de trabalho na mesma empresa. **3.16. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Os passivos contingentes relacionados à Provisão de Sinistros a Liquidar são avaliados para provisão de perda independente do pronunciamento técnico CPC 25, mas sim utilizando-se como base o CPC 11 sobre a definição de um contrato de seguro e a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável e possível são apenas divulgados.

3.17. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável do período excedente a R\$ 240 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável do resultado apurado até 31 de agosto de 2015. A partir de 1º de setembro de 2015 a alíquota da contribuição social foi elevada para 20% do lucro tributável, conforme publicação da Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) em 21 de maio de 2015, convertida na Lei 13.169/2015, aplicável até o exercício de 2018. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação nas demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. **3.18. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **3.19. Participações sobre o resultado:** O valor das participações dos funcionários no resultado do período é provisionado por estimativa, baseada no plano de distribuição de participações de resultados da Seguradora, homologado pelo sindicato da categoria. **4. Gerenciamento de riscos:** A Seguradora está, de forma geral, exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de seguro; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estes riscos, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** A estrutura de gerenciamento de riscos visa o cumprimento e adequações às normas internas e externas, dispor de mecanismos que mitiguem os riscos da Seguradora. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de controles internos (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas) com definição de metodologias, processos, modelos e/ou controles. Os riscos são monitorados pelo Conselho de Administração que supervisiona as operações auxiliadas por comissões, comitês executivos, Direção de Gestão de Risco Empresarial e Supervisão de Compliance e Legal. **4.1. Gestão de risco de crédito:** A Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletiva, que compartilham riscos similares e leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida (é considerada como baixa) onde em certos casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo o regulamento brasileiro), caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Seguradora opera apenas na carteira de transporte na modalidade riscos decorridos. Para os créditos das operações com seguros e resseguros é constituída a provisão para redução ao valor recuperável conforme mencionado na Nota 7.1 e 7.2. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, distribuídos por *rating* de crédito. A carteira de investimentos é composta, em sua maioria, por títulos públicos federais com risco de crédito associado à escala nacional de risco da União (ou risco soberano equivalente à "brBB-", conforme classificação da Standard & Poor's).

31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
Rating - Standard & Poor's/Mood's/Fitch		Rating - Standard & Poor's	
brBB-	brAA-	brAAA	Sem rating
Ativos financeiros			
 Ao valor justo por meio do resultado			
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	3.140	-
Quotas de outros fundos de investimentos especialmente constituídos (DPVAT)	-	-	65.723
Disponíveis para a venda	137.039	7.355	4.067
Letras financeiras do tesouro - LFT	123.333	-	-
Letras financeiras - LF	1.996	2.095	841
Notas do tesouro nacional - NTN	10.852	-	10.852
Debêntures	864	5.260	3.226
Empréstimos e recebíveis	-	-	60.328
Créditos das operações com seguros e resseguros (*)	-	-	56.952
Outros créditos operacionais	-	-	481
Títulos e créditos a receber (**)	-	-	2.895
Total do circulante e não circulante	137.039	10.495	4.067

(*) Os *ratings* para os créditos de resseguro estão identificados na nota 8.1. (**) Os títulos e créditos a receber são compostos pelos "outros créditos", "outros valores e bens", "despesas antecipadas" e "créditos tributários e previdenciários". Os ativos classificados na categoria "Sem rating" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2017	
Rating - Standard & Poor's		Rating - Standard & Poor's	
brBB-	brAA-	brAAA	Sem rating
Ativos financeiros			
 Ao valor justo por meio do resultado			
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	3.140	-
Quotas de outros fundos de investimentos especialmente constituídos (DPVAT)	-	-	65.723
Disponíveis para a venda	137.039	7.355	4.067
Letras financeiras do tesouro - LFT	123.333	-	-
Letras financeiras - LF	1.996	2.095	841
Notas do tesouro nacional - NTN	10.852	-	10.852
Debêntures	864	5.260	3.226
Empréstimos e recebíveis	-	-	60.328
Créditos das operações com seguros e resseguros (*)	-	-	56.952
Outros créditos operacionais	-	-	481
Títulos e créditos a receber (**)	-	-	2.895
Total do circulante e não circulante	137.039	10.495	4.067

(*) Os *ratings* para os créditos de resseguro estão identificados na nota 8.1. (**) Os títulos e créditos a receber são compostos pelos "outros créditos", "outros valores e bens", "despesas antecipadas" e "créditos tributários e previdenciários". Os ativos classificados na categoria "Sem rating" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2017	
Rating - Standard & Poor's		Rating - Standard & Poor's	
brBB-	brAA-	brAAA	Sem rating
Ativos financeiros			
 Ao valor justo por meio do resultado			
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	3.140	-
Quotas de outros fundos de investimentos especialmente constituídos (DPVAT)	-	-	65.723
Disponíveis para a venda	137.039	7.355	4.067
Letras financeiras do tesouro - LFT	123.333	-	-
Letras financeiras - LF	1.996	2.095	841
Notas do tesouro nacional - NTN	10.852	-	10.852
Debêntures	864	5.260	3.226
Empréstimos e recebíveis	-	-	60.328
Créditos das operações com seguros e resseguros (*)	-	-	56.952
Outros créditos operacionais	-	-	481
Títulos e créditos a receber (**)	-	-	2.895
Total do circulante e não circulante	137.039	10.495	4.067

(*) Os *ratings* para os créditos de resseguro estão identificados na nota 8.1. (**) Os títulos e créditos a receber são compostos pelos "outros créditos", "outros valores e bens", "despesas antecipadas" e "créditos tributários e previdenciários". Os ativos classificados na categoria "Sem rating" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2017	
Rating - Standard & Poor's		Rating - Standard & Poor's	
brBB-	brAA-	brAAA	Sem rating
Ativos financeiros			
 Ao valor justo por meio do resultado			
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	3.140	-
Quotas de outros fundos de investimentos especialmente constituídos (DPVAT)	-	-	65.723
Disponíveis para a venda	137.039	7.355	4.067
Letras financeiras do tesouro - LFT	123.333	-	-
Letras financeiras - LF	1.996	2.095	841
Notas do tesouro nacional - NTN	10.852	-	10.852
Debêntures	864	5.260	3.226
Empréstimos e recebíveis	-	-	60.328
Créditos das operações com seguros e resseguros (*)	-	-	56.952
Outros créditos operacionais	-	-	481
Títulos e créditos a receber (**)	-	-	2.895
Total do circulante e não circulante	137.039	10.495	4.067

(*) Os *ratings* para os créditos de resseguro estão identificados na nota 8.1. (**) Os títulos e créditos a receber são compostos pelos "outros créditos", "outros valores e bens", "despesas antecipadas" e "créditos tributários e previdenciários". Os ativos classificados na categoria "Sem rating" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2017	
Rating - Standard & Poor's		Rating - Standard & Poor's	
brBB-	brAA-	brAAA	Sem rating
Ativos financeiros			
 Ao valor justo por meio do resultado			
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	3.140	-
Quotas de outros fundos de investimentos especialmente constituídos (DPVAT)	-	-	65.723
Disponíveis para a venda	137.039	7.355	4.067
Letras financeiras do tesouro - LFT	123.333	-	-
Letras financeiras - LF	1.996	2.095	841
Notas do tesouro nacional - NTN	10.852	-	10.852
Debêntures	864	5.260	3.226
Empréstimos e recebíveis	-	-	60.328
Créditos das operações com seguros e resseguros (*)	-	-	56.952
Outros créditos operacionais	-	-	481
Títulos e créditos a receber (**)	-	-	2.895
Total do circulante e não circulante	137.039	10.495	4.067

(*) Os *ratings* para os créditos de resseguro estão identificados na nota 8.1. (**) Os títulos e créditos a receber são compostos pelos "outros créditos", "outros valores e bens", "despesas antecipadas" e "créditos tributários e previdenciários". Os ativos classificados na categoria "Sem rating" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2017	
Rating - Standard & Poor's		Rating - Standard & Poor's	
brBB-	brAA-	brAAA	Sem rating
Ativos financeiros			
 Ao valor justo por meio do resultado			
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	3.140	-
Quotas de outros fundos de investimentos especialmente constituídos (DPVAT)	-	-	65.723
Disponíveis para a venda	137.039	7.355	4.067
Letras financeiras do tesouro - LFT	123.333	-	-
Letras financeiras - LF	1.996	2.095	841
Notas do tesouro nacional - NTN	10.852	-	10.852
Debêntures	864	5.260	3.226
Empréstimos e recebíveis	-	-	60.328
Créditos das operações com seguros e resseguros (*)	-	-	56.952
Outros créditos operacionais	-	-	481
Títulos e créditos a receber (**)	-	-	2.895
Total do circulante e não circulante	137.039	10.495	4.067

(*) Os *ratings* para os créditos de resseguro estão identificados na nota 8.1. (**) Os títulos e créditos a receber são compostos pelos "outros créditos", "outros valores e bens", "despesas antecipadas" e "créditos tributários e previdenciários". Os ativos classificados na categoria "Sem rating" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2017	
Rating - Standard & Poor's		Rating - Standard & Poor's	
brBB-	brAA-	brAAA	Sem rating
Ativos financeiros			
 Ao valor justo por meio do resultado			
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	3.140	-
Quotas de outros fundos de investimentos especialmente constituídos (DPVAT)	-	-	65.723
Disponíveis para a venda	137.039	7.355	4.067
Letras financeiras do tesouro - LFT	123.333	-	-
Letras financeiras - LF	1.996	2.095	841
Notas do tesouro nacional - NTN	10.852	-	10.852
Debêntures	864	5.260	3.226
Empréstimos e recebíveis	-	-	60.328
Créditos das operações com seguros e resseguros (*)	-	-	56.952
Outros créditos operacionais	-	-	481
Títulos e créditos a receber (**)	-	-	2.895
Total do circulante e não circulante	137.039	10.495	4.067

(*) Os *ratings* para os créditos de resseguro estão identificados na nota 8.1. (**) Os títulos e créditos a receber são compostos pelos "outros créditos", "outros valores e bens", "despesas antecipadas" e "créditos tributários e previdenciários". Os ativos classificados na categoria "Sem rating" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2017	
Rating - Standard & Poor's		Rating - Standard & Poor's	
brBB-	brAA-	brAAA	Sem rating
Ativos financeiros			
 Ao valor justo por meio do resultado			
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	3.140	-
Quotas de outros fundos de investimentos especialmente constituídos (DPVAT)	-	-	65.723
Disponíveis para a venda	137.039	7.355	4.067
Letras financeiras do tesouro - LFT	123.333	-	-
Letras financeiras - LF	1.996	2.095	841
Notas do tesouro nacional - NTN	10.852	-	10.852
Debêntures	864	5.260	3.226
Empréstimos e recebíveis	-	-	60.328
Créditos das operações com seguros e resseguros (*)	-	-	56.952
Outros créditos operacionais	-	-	481
Títulos e créditos a receber (**)	-	-	2.895
Total do circulante e não circulante	137.039	10.495	4.067

(*) Os *ratings* para os créditos de resseguro estão identificados na nota 8.1. (**) Os títulos e créditos a receber são compostos pelos "outros créditos", "outros valores e bens", "despesas antecipadas" e "créditos tributários e previdenciários". Os ativos classificados na categoria "Sem rating" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2017	
Rating - Standard & Poor's		Rating - Standard & Poor's	
brBB-	brAA-	brAAA	Sem rating
Ativos financeiros			
 Ao valor justo por meio do resultado			
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	3.140	-
Quotas de outros fundos de investimentos especialmente constituídos (DPVAT)	-	-	65.723
Disponíveis para a venda	137.039	7.355	4.067
Letras financeiras do tesouro - LFT	123.333	-	-
Letras financeiras - LF	1.996	2.095	841
Notas do tesouro nacional - NTN	10.852	-	10.852
Debêntures	864	5.260	3.226
Empréstimos e recebíveis	-	-	60.328
Créditos das operações com seguros e resseguros (*)	-	-	56.952
Outros créditos operacionais	-	-	481
Títulos e créditos a receber (**)	-	-	2.895
Total do circulante e não circulante	137.039	10.495	4.067

(*) Os *ratings* para os créditos de resseguro estão identificados na nota 8.1. (**) Os títulos e créditos a receber são compostos pelos "outros créditos", "outros valores e bens", "despesas antecipadas" e "créditos tributários e previdenciários". Os ativos classificados na categoria "Sem rating" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2017	
Rating - Standard & Poor's		Rating - Standard & Poor's	
brBB-	brAA-	brAAA	Sem rating
Ativos financeiros			
 Ao valor justo por meio do resultado			
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	3.140	-
Quotas de outros fundos de investimentos especialmente constituídos (DPVAT)	-	-	65.723
Disponíveis para a venda	137.039	7.355	4.067
Letras financeiras do tesouro - LFT	123.333	-	-
Letras financeiras - LF	1.996	2.095	841
Notas do tesouro nacional - NTN	10.852	-	10.852
Debêntures	864	5.260	3.226
Empréstimos e recebíveis	-	-	60.328
Créditos das operações com seguros e resseguros (*)	-	-	56.952
Outros créditos operacionais	-	-	481
Títulos e créditos a receber (**)	-	-	2.895
Total do circulante e não circulante	137.039	10.495	4.067

(*) Os *ratings* para os créditos de resseguro estão identificados na nota 8.1. (**) Os títulos e créditos a receber são compostos pelos "outros créditos", "outros valores e bens", "despesas antecipadas" e "créditos tributários e previdenciários". Os ativos classificados na categoria "Sem rating" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2017	
Rating - Standard & Poor's		Rating - Standard & Poor's	
brBB-	brAA-	brAAA	Sem rating
Ativos financeiros			
 Ao valor justo por meio do resultado</			

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

b) Movimentação dos custos de aquisição diferidos:

	Comissão -	RVNE	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10.848	2.095	12.943
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	30.110	-	30.110
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(27.475)	-	(27.475)
(-) Reversões	-	(213)	(213)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	13.483	1.882	15.365

	Comissão -	RVNE	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	10.316	2.385	12.701
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	25.952	-	25.952
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(25.420)	-	(25.420)
(+) Constituições	-	731	731
(-) Reversões	-	(1.021)	(1.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10.848	2.095	12.943

As despesas de comercialização diferidas diretamente relacionadas a contratos de seguros são consideradas no teste de adequação dos passivos de seguros, de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

13. Provisões técnicas:

	Comissão -	RVNE	Total
Saldo em 31/12/2016	60.644	11.227	71.871
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	126.848	-	126.848
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(104.482)	-	(104.482)
(+) Sinistros avisados	-	33.306	33.306
(+/-) Ajuste de estimativa	640	(1.560)	(920)
(-) Pagamento de sinistros	-	(49.159)	(49.159)
Saldo em 31/12/2017	83.650	9.667	93.317

(*) Refere-se ao ativo de resseguro - provisões técnicas.

13.1. Movimentação das provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	Sinistros a liquidar	Outras despesas relacionadas	Provisão de sinistros	Outras provisões técnicas	Total
Saldo em 31/12/2016	60.644	11.227	61.640	2.955	61.085	484	198.035
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	126.848	-	-	-	-	-	126.848
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(104.482)	-	-	-	-	-	(104.482)
(+) Sinistros avisados	-	-	33.306	16.762	-	-	50.068
(+/-) Ajuste de estimativa	640	(1.560)	15.349	(6.047)	6.385	(118)	14.649
(-) Pagamento de sinistros	-	-	(49.159)	(10.030)	-	-	(59.189)
Saldo em 31/12/2017	83.650	9.667	61.136	3.640	67.470	366	225.929

13.2. Tabela de desenvolvimento de sinistros: As tabelas abaixo demonstram a atual estimativa dos sinistros ocorridos comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme obtemos informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados.

a) Sinistros administrativos - Provisões e pagamentos - bruto de resseguro:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Incrrrido (+) IBNR							
No ano de ocorrência	21.818	101.547	57.208	96.985	53.939	58.494	389.991
Um ano após ocorrência	20.457	94.817	50.816	91.304	50.856	-	308.250
Dois anos após ocorrência	20.420	95.827	55.172	91.989	-	-	263.408
Três anos após ocorrência	19.522	95.027	54.876	-	-	-	169.425
Quatro anos após ocorrência	20.375	95.381	-	-	-	-	115.756
Cinco anos após ocorrência	20.587	-	-	-	-	-	20.587
Posição em 31/12/2017	20.587	95.381	54.876	91.989	50.856	58.494	372.183
Pago acumulado							
No ano de ocorrência	(7.777)	(28.158)	(27.096)	(45.108)	(30.684)	(32.254)	(171.077)
Um ano após ocorrência	(17.400)	(86.685)	(42.913)	(68.843)	(46.172)	-	(262.013)
Dois anos após ocorrência	(17.515)	(92.978)	(49.059)	(73.051)	-	-	(232.603)
Três anos após ocorrência	(19.126)	(93.419)	(51.611)	-	-	-	(164.156)
Quatro anos após ocorrência	(20.066)	(94.157)	-	-	-	-	(114.223)
Cinco anos após ocorrência	(20.127)	-	-	-	-	-	(20.127)
Posição em 30/06/2017	(20.127)	(94.157)	(51.611)	(73.051)	(46.172)	(32.254)	(317.372)
Atualização monetária e juros							
Provisão em 31/12/2017	432	1.300	3.184	18.700	4.666	26.240	54.522
Sobra/Falta acumulada	1.230	6.166	2.332	4.996	3.083	-	-
Sobra/Falta acumulada (%)	5,98%	6,47%	4,25%	5,43%	6,06%	-	-
Convênio DPVAT	-	-	-	-	-	-	58.202
Provisão total em 31/12/2017	112.724						

b) Sinistros administrativos - Provisões e pagamentos - líquido de resseguro:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Incrrrido (+) IBNR							
No ano de ocorrência	20.690	44.445	45.796	66.095	48.309	57.130	282.465
Um ano após ocorrência	11.568	40.965	39.829	62.328	46.306	-	200.996
Dois anos após ocorrência	15.559	41.610	41.873	63.951	-	-	162.993
Três anos após ocorrência	15.288	41.515	42.437	-	-	-	99.240
Quatro anos após ocorrência	16.134	42.038	-	-	-	-	58.172
Cinco anos após ocorrência	16.047	-	-	-	-	-	16.047
Posição em 31/12/2017	16.047	42.038	42.437	63.951	46.306	57.130	267.909
Pago acumulado							
No ano de ocorrência	(7.704)	(23.002)	(23.022)	(38.131)	(29.374)	(31.685)	(152.918)
Um ano após ocorrência	(14.451)	(37.769)	(34.444)	(54.522)	(42.837)	-	(184.023)
Dois anos após ocorrência	(14.525)	(39.579)	(37.263)	(57.724)	-	-	(149.091)
Três anos após ocorrência	(15.024)	(40.001)	(39.217)	-	-	-	(94.242)
Quatro anos após ocorrência	(15.943)	(40.729)	-	-	-	-	(56.672)
Cinco anos após ocorrência	(15.999)	-	-	-	-	-	(15.999)
Posição em 31/12/2017	(15.999)	(40.729)	(39.217)	(57.724)	(42.837)	(31.685)	(228.191)
Atualização monetária e juros							
Provisão em 31/12/2017	(28)	(73)	(80)	(239)	(20)	-	(440)
Sobra/Falta acumulada	4.643	2.407	3.359	2.144	2.003	-	-
Sobra/Falta acumulada (%)	28,93%	5,73%	7,92%	3,35%	4,33%	-	-
Convênio DPVAT	-	-	-	-	-	-	58.202
Provisão total em 31/12/2017	97.481						

c) Sinistros judiciais - Provisões e pagamentos - bruto de resseguro:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Incrrrido (+) IBNR							
No ano de ocorrência	437	1.419	1.125	1.715	1.466	1.064	7.226
Um ano após ocorrência	609	2.320	2.560	2.373	2.194	-	10.056
Dois anos após ocorrência	823	2.841	3.304	3.680	-	-	10.648
Três anos após ocorrência	645	3.408	4.095	-	-	-	8.148
Quatro anos após ocorrência	670	3.719	-	-	-	-	4.389
Cinco anos após ocorrência	444	-	-	-	-	-	444
Posição em 31/12/2017	444	3.719	4.095	3.680	2.194	1.064	15.196
Pago acumulado							
No ano de ocorrência	(96)	(175)	(233)	(211)	(203)	(5)	(923)
Um ano após ocorrência	(417)	(443)	(760)	(671)	(356)	-	(2.647)
Dois anos após ocorrência	(446)	(730)	(982)	(1.880)	-	-	(4.038)
Três anos após ocorrência	(474)	(1.440)	(1.881)	-	-	-	(3.795)
Quatro anos após ocorrência	(489)	(2.100)	-	-	-	-	(2.589)
Cinco anos após ocorrência	(495)	-	-	-	-	-	(495)
Posição em 31/12/2017	(495)	(2.100)	(1.881)	(1.880)	(356)	(5)	(6.717)
Atualização monetária e juros							
Provisão em 31/12/2017	271	1.987	923	637	159	-	3.977
Sobra/Falta acumulada	220	3.606	3.138	2.436	1.997	1.059	12.456
Sobra/Falta acumulada (%)	(7)	(2.300)	(2.971)	(1.964)	(728)	-	-
Convênio DPVAT	-	-	-	-	-	-	7.066
Provisão total em 31/12/2017	19.522						

d) Sinistros judiciais - Provisões e pagamentos - líquido de resseguro:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Incrrrido (+) IBNR							
No ano de ocorrência	606	773	828	1.257	1.271	1.018	5.753
Um ano após ocorrência	608	1.176	1.377	2.073	2.039	-	7.273
Dois anos após ocorrência	798	1.687	2.058	3.178	-	-	7.721
Três anos após ocorrência	620	2.076	2.802	-	-	-	5.498
Quatro anos após ocorrência	645	2.387	-	-	-	-	3.032
Cinco anos após ocorrência	660	-	-	-	-	-	660
Posição em 31/12/2017	660	2.387	2.802	3.178	2.039	1.018	12.084
Pago acumulado							
No ano de ocorrência	(96)	(160)	(130)	(189)	(202)	(5)	(782)
Um ano após ocorrência	(417)	(307)	(476)	(617)	(347)	-	(2.164)
Dois anos após ocorrência	(441)	(581)	(684)	(1.594)	-	-	(3.300)
Três anos após ocorrência	(468)	(1.082)	(1.582)	-	-	-	(3.132)
Quatro anos após ocorrência	(484)	(1.463)	-	-	-	-	(1.947)
Cinco anos após ocorrência	(490)	-	-	-	-	-	(490)
Posição em 31/12/2017	(490)	(1.463)	(1.582)	(1.594)	(347)	(5)	(5.481)
Atualização monetária e juros							
Provisão em 31/12/2017	255	1.066	573	536	147	-	2.517
Sobra/Falta acumulada	425	1.930	1.793	2.120	1.839	1.013	9.120
Sobra/Falta acumulada (%)	(53,84)	(1,614)	(1,974)	(1,922)	(768)	-	-
Convênio DPVAT	-	-	-	-	-	-	7.066
Provisão total em 31/12/2017	16.186						

13.3. Cobertura das provisões técnicas

	2017	2016
Provisões técnicas	225.929	198.035
Parcela ressegurada	(22.619)	(28.070)
Custo de aquisição diferidos	(8.772)	(5.866)
Direitos creditórios	(28.543)	(21.589)
Provisões do consórcio DPVAT	(65.635)	(63.071)
Total a ser coberto	100.360	79.439
Bens oferecidos em cobertura		
Títulos públicos federais	134.185	108.173
Títulos privados	17.416	20.145
Suficiência - R\$	51.241	48.879
Suficiência - %	51,06%	51,53%
Capital de risco* (vide nota 15-c)	43.238	35.875
20% sobre Capital de risco	8.648	7.175
Superavit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	44	24
Liquidez em relação ao Capital de risco	42,549	41,680

(*) O Capital de risco é calculado conforme Anexo V da Resolução CNSP nº 321/15, alterada pela Resolução CNSP nº 343/16 considerando o efeito redutor da correlação entre os riscos de crédito, operacional e subscrição.

14. Passivos contingentes: A Seguradora possui processos de sinistros em fase inicial de demanda judicial registrados na conta "Sinistros a liquidar judiciais" no montante de R\$ 18.715 (2016 - R\$ 18.870), líquidos de cosseguros. Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de negativa de pagamento de indenizações oriundas de itens não cobertos em apólice e/ou discordância em relação ao valor indenizado. A Seguradora possui também provisão cível de R\$ 269 (2016 - R\$ 323) na rubrica "Outros Débitos", considerado como perda provável. Esta provisão cível decorre, basicamente, de representações impostas pelo órgão regulador. a) **Saldo dos passivos contingentes:** De acordo com nosso consultor jurídico responsável pelos processos, a probabilidade de perda estava distribuída da seguinte forma:

L - Relacionadas a sinistros:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
	Valor	Valor
Classificação		
Provável (*)	3.028	41.908
Possível	101	22.322
Remota	109</	



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

j) Despesas com tributos:

	2017	2016
COFINS	(4.852)	(4.944)
PIS/PASEP	(788)	(804)
Taxa de fiscalização SUSEP	(582)	(831)
Impostos federais sobre remessa - resseguro	(242)	(436)
Encargos IOF	(25)	(34)
Contribuição sindical	(80)	(55)
Outros tributos	(115)	(119)
Total	(6.684)	(7.223)

k) Resultado financeiro:

	2017	2016
Receitas Financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa privados	2.602	2.976
Receitas com títulos de renda fixa públicos	10.885	13.275
Receitas financeiras com operações de seguros	3.635	4.594
Receitas financeiras - consórcio DPVAT	6.622	7.794
Outras receitas financeiras	392	1.205
Total	24.136	29.844

Despesas financeiras

Despesas financeiras com seguros	(4.099)	(4.975)
Despesas financeiras com consórcio DPVAT	(6.484)	(7.565)
Taxa de administração e custódia de títulos	(500)	(421)
Outras despesas financeiras	(355)	(963)
Total	(11.438)	(13.924)
17. Despesas de imposto de renda e contribuição social:	12.698	15.920

Resultado antes dos impostos e após participações

	31/12/2017	31/12/2016		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Adições temporárias	(691)	(691)	1.179	1.179
Adições permanentes	4.478	171	2.206	2.206
Total	4.352	(1.145)	6.156	6.156
Compensação - 30%	(1.306)	-	(1.847)	(1.847)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	3.046	(1.145)	4.309	4.309

Alíquota

	31/12/2017	31/12/2016		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Tributos calculados pelas alíquotas oficiais	25%	20%	25%	20%
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre Prejuízos fiscais e base negativas	(762)	-	(1.077)	(862)
Redução ao Valor Recuperável - Prejuízo fiscal do Imposto de renda e base negativa da Contribuição Social	-	-	462	369
Reversão - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre Prejuízos fiscais e bases negativas	-	-	(462)	(369)
Reversão da Redução ao Valor Recuperável - Prejuízo fiscal do Imposto de renda e base negativa da Contribuição Social	-	-	12.005	9.604
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre Adições Temporárias	-	-	693	554
Redução ao valor recuperável - Ajustes Temporários do Imposto de Renda e da Contribuição Social	-	-	(693)	(554)
Reversão - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre Adições Temporárias	-	-	2.537	2.030
Reversão da Redução ao valor recuperável - Ajustes Temporários do Imposto de Renda e da Contribuição Social	-	-	(2.537)	(2.030)
Outros ajustes	(253)	(222)	289	151
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.015)	(222)	(788)	(711)
Taxa Efetiva	-146,89%	-32,13%	66,84%	60,31%

18. Partes relacionadas: A Administração identificou como partes relacionadas à Seguradora a sua controladora Argo Financial Holding (Brazil) Limited, a Argonaut Management Services, Inc., a sua coligada Argo Brasil Participações Ltda. e Argo Re Ltd., além de seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. As principais transações envolvendo partes relacionadas na Seguradora estão descritas a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016		
	Ativo/(Passivo)	Receita/(Despesa)	Ativo/(Passivo)	Receita/(Despesa)
Argo Brasil Participações Ltda. (*)	-	-	(5.791)	-
Argo Re Ltd.	(187)	(3.119)	(324)	(773)
Argonaut Management Services, Inc. (**)	(3.245)	(997)	(2.792)	(63)
Total	(3.431)	(4.116)	(8.907)	(836)

(*) A Argo Brasil Participações Ltda. foi contratada pela Seguradora para prestar serviços necessários à constituição da Seguradora. A Seguradora incorporou a Argo Brasil Participações Ltda. no 1º semestre de 2017. (**) Referem-se, basicamente, a reembolso de despesas relacionadas à utilização de serviços de tecnologia. i. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Conforme CPC 33 "Benefícios a empregados", os benefícios de curto prazo providos às pessoas-chaves da Administração foram de R\$ 8.389 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 6.240 em 2016), que incluem proventos, encargos sociais, gratificações (PLR e bônus) e demais benefícios. A Seguradora não patrocina planos de previdência complementar, não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. ii. **Outras informações:** Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras, entidades de previdência e sociedades de capitalização não podem conceder empréstimos ou adiantamentos ou membros do Conselho de administração de conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; • Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Seguradora empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

19. Política de participação nos resultados: A Seguradora utiliza uma política interna para o programa de participação do resultado em conformidade com a Lei nº 10.101/2000. Anualmente é formada uma Comissão PPLR que tem por objetivo representar todos os funcionários da Seguradora, assistidos pela área de Recursos Humanos e pelo Sindicato dos Seguritários, nas reuniões de negociação do PPLR, cuja despesa é contabilizada na rubrica do resultado - Participações sobre o resultado.

20. Eventos Subsequentes: Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

Diretoria

Pedro Purm Junior
Presidente

Salvatore Lombardi Junior
Diretor

Ana Carolina Iervolino Pereira Melo
Diretora

Mario Yokoo Eguti
Superintendente Controladoria e Finanças

Atuário

Ricardo César Pessoa
MIBA 1076

Contador

Mario Yokoo Eguti - CRC 1SP253570/O-3

Parecer dos Atuários Auditores Independentes

Aos Diretores e Acionistas da **Argo Seguros Brasil S.A.**
São Paulo - SP
CNPJ: 14.868.712/0001-31
Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas relativas aos consórcios DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Argo Seguros Brasil S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valorização da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos

de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Nossa opinião não abrange as provisões técnicas dos consórcios DPVAT, conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial independente.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em seu aspecto mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018



EY Serviços Atuariais S.S.
CNPJ 03.801.998/0001-11 - CIBA 57

Ricardo Pacheco
MIBA 2.679

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas da **Argo Seguros Brasil S.A.**
São Paulo - SP
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Argo Seguros Brasil S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Argo Seguros Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para

evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos

controles internos da Seguradora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Rodrigo de Paula
Contador CRC-1SP224036/O-8